

# TRABALHO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: POSSÍVEIS RELAÇÕES

## WORK, PSYCHIC SUFFERING AND VOCATIONAL EDUCATION: POSSIBLE RELATIONS

Elaine de Souza Sena Meireles 1  
Marcelo Rythowem 2  
Rivadavia Porto Cavalcante 3  
Jair José Maldaner 4

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a relação entre o modo de produção capitalista e o sofrimento psíquico levando em conta a política pública brasileira para a Educação profissional e tecnológica sobre o tema. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de levantamento de referenciais teóricos e exame de documentos oficiais do governo federal sobre a questão. Analisou-se os escritos do sociólogo Ricardo Antunes sobre o modo de produção capitalista contemporâneo, as bases conceituais da Psicologia Sócio-histórica com vistas ao entendimento das dimensões psicológicas do humano e o papel das políticas públicas para a formação profissional e tecnológica. Mediante investigação dos referenciais mencionados observou-se que o modo de produção capitalista contemporâneo afeta o desenvolvimento psíquico do homem. Numa compreensão sócio-histórica, as condições reais da sociedade influenciam neste processo. Logo, é importante que a Educação profissional e tecnológica que se propõe a educar utilizando o trabalho enquanto princípio educativo inclua o estudo desta relação entre os conteúdos desenvolvidos com os alunos e assim contribuir para a formação integral e humana deste público estudantil.

**Palavras-chave:** Precarização do trabalho. Educação profissional. Saúde mental. Psicologia Sócio-histórica.

**Abstract:** The aim of this article is to analyze the relationship between the capitalist mode of production and psychic suffering taking into account the Brazilian public policy for vocational and technological education on the subject. For this purpose, a theoretical references survey and an examination of federal government official documents on the issue was carried out. Sociologist Ricardo Antunes writings on the contemporary capitalist mode of production, the conceptual bases of Socio-historical Psychology with a view to understanding the psychological human being dimensions and the role of public policies for professional and technological formation were analyzed. Through an investigation of the aforementioned references, it was observed that the contemporary capitalist mode of production affects man psychic development. In a socio-historical understanding, the real conditions of society influence this process. Therefore, it is important that the vocational and technological education that proposes to educate using work as an educational principle includes the study of this relationship between the contents developed with students and thus contributing to the integral and human formation of this student audience.

**Keywords:** Precarious work. Vocational education. Mental health. Socio-historical Psychology.

Graduada em Psicologia pela Anhanguera Educacional - GO, 1  
especialista em Saúde Mental pelo Centro Universitário Luterano de  
Palmas – CEULP/ULBRA. Mestranda no Mestrado Profissional em Educação  
Profissional e Tecnológica do IFTO – Câmpus Palmas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1898818294464842>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1769-1472>.  
E-mail: [elainepsi@live.com](mailto:elainepsi@live.com)

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), 2  
Professor do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional  
e Tecnológica – PorFEPT, Câmpus Palmas - IFTO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5061712494939723>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5819-3800>.  
E-mail: [marcelo@ifto.edu.br](mailto:marcelo@ifto.edu.br)

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 3  
Estágio de Doutorado Sanduíche (PDSE/CAPES) – Boursier d'excellence – pela  
Universidade de Genebra (UNIGE), Suíça. Professor do Programa de Mestrado  
Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPTCâmpus Palmas  
- IFTO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0253765727453200>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6568-7910>. E-mail: [riva@ifto.edu.br](mailto:riva@ifto.edu.br)

Doutor em Educação pela Universidade de Brasília – UnB, 4  
Coordenador local e professor do Programa de Mestrado Profissional em  
Educação Profissional e Tecnológica – PorFEPT, Câmpus Palmas - IFTO. Lattes:  
<http://lattes.cnpq.br/8689074015953702>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8288-6583>. E-mail: [jair@ifto.edu.br](mailto:jair@ifto.edu.br)

## Introdução

Na sociedade capitalista, é o trabalho que movimenta a economia, constitui relações e conseqüentemente, o nosso funcionamento psíquico. Entretanto, para compreender o papel do trabalho, é necessário nos atentarmos ao trabalhador, ao ser humano que desempenha a atividade, o ser subjetivo que sustenta este processo.

O sociólogo marxista Ricardo Antunes tem buscado em alguns de seus escritos, analisar o funcionamento da sociedade capitalista contemporânea discutir o lugar que o trabalhador tem ocupado nas mudanças dos meios de produção ocorridas nos últimos anos. Ao definir a classe trabalhadora, Antunes (2009) afirma que na sociedade contemporânea, ela é composta por aqueles que vendem sua força de trabalho, homens e mulheres, pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária, sendo excluídos deste grupo os gestores do capital e seus altos funcionários que controlam o processo de trabalho. O autor afirma que diferentemente da classe trabalhadora de décadas atrás, na sociedade contemporânea existem novas formas de produção do mundo capitalista moderno, como o proletariado precarizado, *part time*, trabalhadores terceirizados e da economia informal que configuram uma nova organização da divisão do trabalho o que conseqüentemente, afeta as relações entre indivíduo e sociedade.

Para a compreensão destas relações, a psicologia enquanto ciência utiliza diversas abordagens que buscam a descrição e a compreensão dos fenômenos que envolvem o ser humano, o outro e a sociedade como um todo. A Psicologia Sócio-histórica é uma destas abordagens que discute a origem da atividade consciente do homem a partir de uma visão social, onde as características sócio-históricas da atividade vital relacionada ao trabalho social, ao uso de ferramentas e aparecimento da linguagem são as raízes para o surgimento da consciência no homem (FURTADO, 2007). Assim, esta abordagem busca a compreensão do funcionamento psíquico humano a partir das condições reais de vida, onde a atividade social complexa e a divisão do trabalho influenciam o comportamento, além das motivações biológicas. Os principais autores que influenciam na construção desta abordagem da psicologia são Alexander Romanov Luria, Alexis Nicolaievich Leontiev e Lev Semionovich Vigotski que por sua vez foram influenciados pelo pensamento de Karl Marx.

Considerando esta abordagem, na análise das condições reais de vida e sua relação com o desenvolvimento do psiquismo, deve-se considerar, dentre outros fatores, a cultura, a organização da sociedade e as condições socioeconômicas nas quais o indivíduo está inserido. Este trabalho se justifica na medida em que investigar a relação entre trabalho, condições humanas e formação profissional se torna uma ação relevante em termos de pesquisa posto que, é necessário pensar uma escola que esteja voltada para a formação humana, integral e omnilateral da classe trabalhadora (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015). Em relação às condições de trabalho no modo de produção capitalista contemporâneo, Antunes e Alves (2004) analisam que a precarização do trabalho vem se agravando e se tornando estrutural, fenômeno que traz várias implicações nas condições de vida dos trabalhadores.

No Brasil, com a reforma trabalhista de 2017 e reforma previdenciária de 2019, a classe trabalhadora vive uma instabilidade no contexto laboral que pode ser produtora de sofrimento psíquico. Diversas pesquisas na área da psicodinâmica do trabalho associam características do contexto laboral ao adoecimento mental (GIONGO; MONTEIRO; SOBROSA, 2015).

O adoecimento mental é, portanto, um fenômeno presente no contexto laboral dos trabalhadores, afetando também outras áreas de sua vida, por isso é importante que os indivíduos que estão sendo preparados para a entrada no mercado de trabalho possam ter a oportunidade de discutir informações e adquirir conhecimentos básicos a respeito desta temática. O contexto da Educação Profissional e Tecnológica - EPT é um importante espaço para a realização desta discussão. A proposta de ensino médio integrado presente no âmbito da educação profissional e tecnológica brasileira consiste em superar a formação propedêutica e proporcionar ao aluno a preparação para o exercício de uma profissão. Este ensino alia aspectos da formação geral e teóricos com a prática, buscando assim superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, enfocando o trabalho como princípio educativo com o intuito de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo (CIAVATTA, 2005). O ensino médio integrado pode ser compreendido como uma proposta dentro da sociedade capitalista que se constitui enquanto uma semente para a educação omnilateral, unitária e politécnica, já que pelas condições concretas da sociedade atual, esta não

pode ser efetivada (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Ciavatta (2005) afirma que além de formar o estudante para o desempenho de uma profissão, é necessário que o ensino médio integrado possa garantir ao aluno formação completa para a leitura do mundo, o que o tornaria capaz de atuar na sociedade política de seu país e compreender as relações sociais inerentes aos fenômenos. Neste contexto, a questão da saúde mental é um tema importante a ser discutido no ensino médio integrado, pois está atrelado às relações sociais construídas na sociedade, principalmente nas relações entre indivíduo e trabalho, relações essas que podem ser de subordinação ou pode ser vista como um meio para conseguir desfrutar da esfera da liberdade, do lazer e das artes (FRIGOTTO, 2005).

Diante destas considerações, o objetivo deste estudo se direciona à análise da relação entre o modo de produção capitalista e o sofrimento psíquico levando em conta a compreensão de como esta mesma relação está representada em textos de políticas públicas da EPT acerca da temática.

Este estudo se trata de pesquisa exploratória, pois busca maior familiaridade com o problema, tornando-o evidente (GIL, 2002). Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo se trata de pesquisa bibliográfica que consiste na elaboração de análises a partir de material já publicado e pesquisa documental, visto que busca analisar materiais que não receberam tratamento analítico, neste texto, legislações referentes à EPT (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Portanto, para alcançar o objetivo traçado e a consecução do trabalho, realizou-se a análise de fontes teórico-conceituais e de documentos de política pública de EPT condizentes com os propósitos do artigo. Primeiramente foram analisados os escritos do sociólogo Ricardo Antunes sobre o modo de produção capitalista contemporâneo. Em seguida, foi colocado em pauta as contribuições teóricas e conceituais oriundas da Psicologia Sócio-histórica levando em conta os princípios do materialismo histórico-dialético, enquanto método de compreensão da realidade social com vistas a apreender a relação entre adoecimento mental e sociedade. Por fim, foram analisadas políticas públicas para EPT que permitem a discussão do tema saúde mental no ensino médio integrado.

## Modo de produção capitalista contemporâneo

A sociedade capitalista contemporânea é marcada pelo neoliberalismo que provocou mudanças no processo de trabalho e organização do mercado. A flexibilização nos mercados nacional e internacional alterou as relações de trabalho, a produção e a organização da sociedade (ALVARADO; SANTOS, 2019). Com essas mudanças, o trabalhador enquanto mercadoria força de trabalho se torna supérfluo para o capital, ao mesmo tempo, o capital não sobrevive sem sua força de trabalho (ANTUNES, 2005). Segundo o autor, esta é uma das incongruências do modo de produção capitalista que são analisadas ao longo de sua obra.

Antunes (2009) afirma que, segundo Marx, a classe trabalhadora é composta por trabalhadores produtivos, que produzem algo material e criam valor de troca e por trabalhadores improdutivos, que estão inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo e que produzem valor de uso. É importante diferenciar o conceito de trabalho, que é atividade vital através do qual o homem age sobre a natureza e se constrói e o conceito de emprego, que é a venda da força de trabalho humana (FRIGOTTO, 2005). Este último, em determinados contextos, pode gerar adoecimentos e sofrimento psíquico.

Antunes (2018) analisa que a reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas tem provocado grandes transformações na sociedade. A classe trabalhadora produtiva vem diminuindo, pois o desenvolvimento de novos métodos e tecnologias de produção como a maquinização do trabalho, desenvolvimento da *lean production*, expansão do toyotismo e dos sistemas de informação fizeram com que fosse necessário cada vez menos mão-de-obra assalariada. Se por um lado, estas mudanças geraram o aumento dos lucros para os proprietários dos meios de produção, por outro, este fenômeno provocou a redução do trabalho estável para a classe trabalhadora.

Outra característica da sociedade contemporânea é a informalização do trabalho, caracterizada, segundo Antunes (2011) além da ampliação dos terceirizados, pela expansão dos *call centers*, dos flexibilizados e subcontratados e pelo *cyberproletariado* que são trabalhadores da informática que não tem seus direitos trabalhistas garantidos.

Desta forma, o proletariado industrial tradicional herdeiro da fase taylorista/fordista tem

diminuído, dando lugar a trabalhadores em condições cada vez mais precárias, com vínculos de trabalho frágeis em subempregos, terceirizados, *part-time*, dentre outras formas de trabalho precarizado. Este processo tem acontecido com a ampliação do desemprego estrutural e tem atingido não só imigrantes, mas a classe trabalhadora como um todo (ANTUNES, 2009).

Antunes (2011) exemplifica os efeitos da reestruturação produtiva utilizando o sistema bancário. Os trabalhadores deste setor foram fortemente atingidos pelas mudanças nos processos e nas rotinas de trabalho que foram resultados da implantação de novas tecnologias no setor. Foram implementadas práticas flexíveis de contratação da força de trabalho o que gerou maior precarização dos empregos e redução de salários, além da redução de direitos sociais para os trabalhadores em geral, principalmente para os terceirizados.

Devido ao crescente desemprego, os trabalhadores buscam desenvolver uma formação geral e polivalente, sendo submetidos a sobrecarga de tarefas e longas jornadas de trabalho. Antunes (2011) afirma que os problemas de saúde no âmbito profissional se agravaram nas últimas décadas, um exemplo é o aumento das lesões por esforço repetitivo - LER que se tornou uma doença típica da era da informatização do trabalho.

Outra tendência do mundo do trabalho atual é a crescente inserção das mulheres no mercado, porém de forma não regulamentada, em empregos com salários desiguais quando comparados aos homens e com vínculos precarizados. Antunes (2009) discute essa divisão sexual do trabalho, onde são visíveis as diferenças entre os trabalhos feminino e masculino: a presença dos homens é maior onde há capital intensivo, enquanto as mulheres estão onde há trabalho intensivo. Assim, verifica-se que a mulher está sim inserida no mercado de trabalho, porém em espaços onde o trabalho é rotinizado, com vínculos trabalhistas precários, enquanto os locais onde existe maior investimento em tecnologia são ocupados predominantemente por homens. Portanto, mesmo a inserção da mulher sendo uma conquista parte do processo de emancipação das mulheres, o mercado assimila esse fenômeno de forma desigual se comparado aos homens, e assim reforça a divisão social e sexual do trabalho.

Um importante efeito da precarização do trabalho é o enfraquecimento da coesão e solidariedade entre os trabalhadores, pois os sindicatos foram esvaziados e enfraquecidos, já que muitos trabalham sem vínculo empregatício. Atualmente, predomina um sindicalismo de classe, dócil e de parceria, um sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2009). A mudança realizada pela Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil que determinou a não obrigatoriedade da contribuição sindical por parte dos trabalhadores foi mais um golpe para o enfraquecimento da força sindical.

Esta reestruturação produtiva tem gerado altos lucros para as empresas, que é o seu principal objetivo. Entretanto, as condições de trabalho têm sido afetadas de forma negativa, fato que não causa desconforto ou ação das empresas ou mesmo, dos governos. As políticas de recursos humanos criadas pelas empresas não visam o bem estar dos trabalhadores, e sim a maior produtividade destes, já que o trabalhador desmotivado não produz. No plano discursivo, existe também o incentivo ao envolvimento participativo dos trabalhadores, que mantém as condições do trabalho alienado e estranhado (ANTUNES, 2009).

Antunes (2009) afirma que a subjetividade autêntica dos homens e mulheres é construída dentro de uma luta contra o capital, contra formas de subordinação e estranhamento causadas pelas relações de tensão entre indivíduo e o sistema capitalista. Essa luta pela emancipação humana pode aflorar também a construção de uma vida dotada de sentido.

A respeito da condição de estranhamento presente na subjetividade operária, Antunes (2005) explica que ela consiste na desumanização e objetificação do homem, ao mesmo tempo em que o objeto é transformado no sujeito da sociedade. Assim, este estranhamento impede os trabalhadores de viverem uma vida dotada de sentido, o que leva ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de guetos de setores excluídos que não podem ser vistas isoladas das contradições da sociedade (ANTUNES; ALVES, 2004). Percebe-se assim, que a sociedade enquanto modo de produção capitalista coloca no indivíduo a responsabilidade total do seu adoecimento, da sua condição social e financeira, enquanto as responsabilidades coletivas e do Estado são ignoradas.

Na sociedade capitalista contemporânea, existe o domínio cada vez maior do capital na vida fora do trabalho. O lazer está relacionado ao consumo com produtos e serviços, e o tempo livre é gasto com a busca pela qualificação profissional, pois existe a ideia da empregabilidade, onde os

trabalhadores se tornam unicamente responsáveis pela sua qualificação e formação (ANTUNES, 2009).

Alvarado e Santos (2019) explicam como o Estado no modo de produção capitalista contemporâneo tem transferido suas responsabilidades em questões sociais para o Terceiro Setor por questões político-ideológicas e assim enfraquecer o direito universal do indivíduo ao acesso de políticas sociais de qualidade. Assim, cria-se uma cultura onde manter sua saúde é responsabilidade exclusiva do próprio indivíduo, sendo incentivado a buscar a resolução de seus problemas através de ajuda mútua e o que livra o capital de suas responsabilidades e cria uma nova economia lucrativa de cuidados em saúde e medicamentos.

De acordo com a base teórico-epistemológica orientadora desta discussão, entende-se que o ser humano é produto das relações sociais constituídas mediante a produção de sua própria existência material, cuja matriz ontológica é a transformação do mundo pela ação do trabalho. Isso posto, o homem não pode ser abordado em uma perspectiva atomística.

Se o desenvolvimento da subjetividade é resultado das múltiplas determinações e relações que se estabelecem, no seio da realidade material em que o humano está inserido, qualquer abordagem psicológica que se faça não deve prescindir dessa premissa. Conforme adverte Freud (1921/2011), em sua Psicologia das massas e análise do Eu, toda psicologia antes de ser individual, é também social. Por isso, a investigação, com vistas à compreender os mecanismos sociais de produção da subjetividade, se torna condição necessária para a consecução de qualquer projeto de estudo coerente que se queira realizar nesse campo.

## **A Psicologia Sócio-histórica e o adoecimento mental no contexto laboral**

Tendo em vista a complexidade das relações construídas no modo de produção capitalista contemporâneo, a Psicologia Sócio-histórica se constitui em uma importante abordagem a ser utilizada na compreensão da dinâmica entre indivíduo e sociedade. Esta abordagem da psicologia tem suas origens no pensamento de Vigotski (2001), Luria (1992) e Leontiev (2004), todos os pesquisadores contemporâneos da Revolução Russa e do início da implantação do socialismo na URSS. Esta corrente da psicologia tem, portanto, forte influência do marxismo, utilizando também o materialismo histórico-dialético enquanto filosofia, teoria e método para compreensão da realidade (BOCK, 2007).

Sirgado (1990) resume o paradigma sócio-histórico em três questões principais. A primeira se refere ao método, na qual o autor cita a contribuição vigotskiana elucidando que os fenômenos psíquicos não podem ser estudados como meros objetos, mas como fenômenos em movimento, em constante processo de mudança. Sendo assim, estudar o processo de desenvolvimento psicológico do homem necessita de um método próprio, capaz de apreender a complexidade desses fenômenos. O autor afirma que três princípios básicos definem esta abordagem metodológica: o método visa processos e não objetos; é necessário explicar o fenômeno e não apenas descrever, para que assim seja possível alcançar a essência e superar a experiência e por último, os processos psicológicos fossilizados ou automatizados devem ser investigados em suas origens, para que se compreenda o processo histórico de sua formação.

Em conformidade com os princípios da Psicologia Socio-histórica, o fenômeno psicológico não antecede a existência do homem e nem mesmo está vinculada a sua natureza, posto que se trata de uma dimensão que se constrói sócio e historicamente. Logo, o desenvolvimento cognitivo humano reflete a condição social, econômica e cultural da sociedade no qual está inserido (BOCK, 2007).

A segunda questão refere-se ao conceito de atividade, o qual se refere ao trabalho humano como mediador das relações do homem com a natureza, diferenciando-se da atividade animal porque confere nova forma à realidade. Ela é, portanto, além de uma atividade que modifica o ambiente, uma atividade criadora. Neste processo, o homem também se modifica, apropria-se das produções culturais da sociedade, internaliza processos sociais e constrói a sua subjetividade.

A terceira questão colocada por Sirgado (1990) é a mediação semiótica estudada por Vigotski. Este afirma que o que caracteriza a atividade humana é a mediação externa entre instrumentos técnicos usados para modificação da natureza e interna através dos signos que orientam as ações

sobre o psiquismo dos outros e de si mesmo. Assim, a linguagem se constitui em ação mediadora que internaliza o mundo externo e os instrumentos mediam a ação externa. Esta afirmação permite compreender a relação entre o mundo social e o desenvolvimento das funções psicológicas, já que as palavras permitem a representação do mundo externo e a construção de sistemas lógicos de pensamento que elaboram a realidade internamente.

Furtado (2007) afirma que para a Psicologia Sócio-histórica, o comportamento humano não é determinado pelo instinto, e sim influenciado pela atividade social complexa, o trabalho social e a divisão do trabalho. Assim, as origens da atividade consciente do homem devem ser buscadas nas características da história da atividade vital relacionada ao trabalho social, ao uso de ferramentas e ao surgimento da linguagem. Sendo assim, o desenvolvimento do pensamento e da linguagem no homem depende do seu domínio dos meios sociais de pensamento, isto é, da linguagem e da sua experiência sociocultural (VIGOTSKI, 2001).

Considerando o desenvolvimento do pensamento atrelado às condições sócio-históricas da sociedade, pode-se compreender que o adoecimento mental também está diretamente relacionado a estas mesmas condições. Sobre o processo de adoecimento, Canguilhem (2009), que compreende a saúde no seu aspecto social e relacional, afirma que a norma social expressa uma vontade coletiva que pode ser quebrada por uma normatividade individual, de acordo com o que é melhor para as necessidades do sujeito. Este movimento expressa saúde, que permite ao indivíduo não só se adaptar dentro de um padrão, mas também criar formas saudáveis de viver em um ambiente não adaptado para este indivíduo. Assim, não se encaixar ou se conformar com um meio social onde existem grandes diferenças de renda, desigualdade de oportunidades e vínculos empregatícios precários não significa necessariamente doença, mas sim a exigência de que o indivíduo arranje formas criativas de ser e existir neste ambiente.

Existem diversos trabalhos que tratam do adoecimento mental e sua relação com o contexto laboral (LANCMAN et. al, 2019; SOUZA; HELAL; PAIVA, 2019; LIMA et. al, 2019). Na área da psicopatologia do trabalho, Dejours (1998) se destaca ao tratar do assunto em uma abordagem psicanalítica. O autor entende que a doença mental se instala à medida que o conflito existente entre o funcionamento psíquico do indivíduo e a organização do trabalho se desequilibra, ou seja, quando a capacidade adaptativa do homem não é capaz de criar estratégias defensivas para se proteger. O estudo mencionado aponta que a organização do trabalho que consiste na divisão das tarefas, dos ritmos de trabalho, condições materiais, hierarquias dentre outras características são elementos importantes a serem considerados na compreensão do adoecimento mental relativo ao contexto laboral.

Para a Psicologia Sócio-histórica, o homem não nasce pronto, mas aprende a sê-lo (FURTADO, 2007). Portanto, além das características do ambiente em que ele está inserido, é necessário compreender também os processos sociais e históricos que influenciam na saúde e doença do indivíduo. Um dos fatores fundamentais para esta abordagem é o trabalho, que consiste em modificar a natureza e ao mesmo tempo, ser modificado por ela numa relação dialética (FURTADO, 2007).

## **Educação Profissional e Tecnológica - espaço de (des)construção**

Para compreender a importância da discussão dos fatores sociais no adoecimento mental dos trabalhadores na Educação Profissional e Tecnológica, especificamente no Ensino Médio Integrado, esta seção resgata brevemente a construção do ensino profissional no Brasil e quais legislações amparam a criação de um espaço de discussão nos Institutos Federais de Educação.

Inicialmente, a escola era um privilégio para poucos, para as parcelas mais abastadas da população. Com o desenvolvimento das técnicas, houve a necessidade do ensino formal, porém a organização desse ensino ocorreu de forma segmentada. Neste âmbito, a classe dominante era formada para o trabalho complexo e intelectual e a classe trabalhadora para o trabalho manual (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Ciavatta (2005) analisa que no Brasil, esta divisão foi mantida historicamente pelo escravismo e pela discriminação do trabalho manual, já que o analfabetismo foi considerado um problema somente a partir da segunda metade do século XX. Com a criação de leis orgânicas para a educação, a educação propedêutica com a finalidade de formar para a universidade foi destinada à elite e a

educação profissional somente para o trabalho.

A proposta recente da educação profissional no Brasil busca superar a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual. A autora afirma assim, que a história da formação profissional no Brasil é marcada por lutas entre a proposta da introdução do estudo dos fundamentos das técnicas e do preparo intelectual e a “implementação do assistencialismo e da aprendizagem operacional” (CIAVATTA, 2005, p. 5). Portanto, é importante que a educação profissional e tecnológica seja construída visando à superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, preparando o aluno para o trabalho, mas também para desenvolver uma consciência crítica dos movimentos históricos da sociedade e poder atuar ativamente.

Gramsci (2004) ao refletir sobre o papel da escola traz em sua proposta de escola unitária a ideia de que os estudantes devem ser incentivados a desenvolverem capacidade reflexiva, terem autonomia e iniciativa e após atingirem certo grau de maturidade, serem inseridos na atividade social. O autor sugere que a escola ideal deveria equilibrar o desenvolvimento de capacidades técnicas, manuais e de pensamento crítico, e, em um segundo momento, o estudante passaria para uma escola especializada ou diretamente para o trabalho. Desta forma, a escola estaria formando indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para serem cidadãos ativos na sociedade e futuros dirigentes.

A proposta da escola unitária serviu de base para as lutas no Brasil por um modelo escolar que pudesse preparar o estudante para o mercado de trabalho, mas que também proporcionasse a formação humana e integral necessária para a cidadania. A construção das políticas públicas voltadas para a educação profissional no país foi palco de disputas entre a formação voltada apenas para o mercado de trabalho e entre a formação politécnica, omnilateral que formasse não só trabalhadores, mas que pudesse integrar o trabalho manual e o trabalho intelectual (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Segundo os autores, com a eleição do Presidente Inácio Lula da Silva em 2003 foi aberto um espaço de discussão, quando foram sugeridos nomes para diretorias importantes relacionadas à educação profissional e foram realizados seminários com o objetivo de discutir este tema. Dessas discussões originou-se o Decreto 5154/2004, não sem controvérsias e disputas teóricas. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) analisam que a escolha pela construção de um novo Decreto em substituição ao Decreto nº 2208/1997 foi considerada importante e viável para reforçar a nova visão com relação à educação profissional e tecnológica através de um documento indicativo dessa orientação, não imperativo.

O decreto nº 5154/2004, ainda vigente, define as seguintes premissas para a educação profissional:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas de educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo;

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

A educação profissional, portanto, deve ter o trabalho enquanto princípio educativo e integrar as áreas de educação, trabalho, ciência, tecnologia e emprego, o que deve ser feito considerando as peculiaridades da região onde a instituição está inserida, os fatores históricos e sociais.

Os Institutos Federais de Educação, por sua vez, foram criados pela Lei nº 11892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou diversos Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas em Institutos Federais. A criação dos Institutos Federais é resultado de diversas lutas e conquistas iniciadas na década de 80. Os movimentos sociais de então vislumbravam a concretização de uma educação politécnica e/ou omnilateral que preparasse os indivíduos para o entendimento dos fundamentos científico-

tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção (RAMOS, 2014). Esta Lei define as finalidades e características dessas instituições, dentre elas, “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008). Este documento reforça mais uma vez a necessidade de incluir a análise dos fatores sociais no cotidiano do estudo das disciplinas e assim contextualizar o conhecimento ao momento histórico, social e cultural, buscando assim soluções adequadas baseadas em conhecimentos científicos.

Quanto ao currículo na EPT, a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012 do Ministério da Educação que define as diretrizes curriculares nacionais da Educação Profissional Técnica de nível médio determina em seu artigo 5º que os cursos de EPT de Nível Médio têm por finalidade “proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais” (BRASIL, 2012). Este artigo reafirma a importância da preparação do estudante para pensar criticamente e não apenas para o mercado de trabalho. Afirma também a necessidade de incluir a análise dos fundamentos sócio-históricos e culturais na compreensão dos conceitos que são aprendidos em espaços formais e não formais de ensino, o que favorece o exercício da inclusão dos fatores sociais e econômicos no entendimento de fenômenos complexos, como o próprio adoecimento mental.

## **Resultados e Discussão**

Ao afirmar que o contexto social e cultural interfere diretamente na formação do psiquismo do homem, a Psicologia Sócio-histórica valoriza as características concretas da realidade, incluindo os diversos elementos que a compõe, como a economia, divisão de classes, condições de moradia, emprego, renda, organização familiar, dentre outros elementos. Com as mudanças do modo de produção capitalista contemporâneo, estas condições tem se modificado, gerando condições cada vez mais precárias de vida para grande parte da população. Percebe-se nas últimas décadas o aumento da medicalização da vida. Neste cenário social, são prescritos medicamentos psicotrópicos na tentativa de diminuir a dor psíquica gerada pelas condições da vida cotidiana (FURTADO, 2018).

As condições reais de vida influenciam, portanto, o funcionamento psíquico dos indivíduos, assim, o trabalho enquanto meio que transforma o mundo e a si mesmo, é um meio de organização deste funcionamento. O emprego enquanto força de trabalho que é vendida, tem um papel importante no estado de saúde e de doença dos trabalhadores, portanto, a discussão sobre como o trabalho pode ser adoecedor, os fatores que o sustentam e formas de enfrentamento devem estar presentes na educação da classe trabalhadora. Este conhecimento é fundamental para a mudança da naturalização dos mecanismos segregadores do modo de produção capitalista contemporâneo que adocece e aliena os indivíduos (ANTUNES; ALVES, 2004).

A educação profissional se propõe a educar tendo o trabalho enquanto princípio educativo. Percebe-se que tanto no Decreto nº 5154/2004 quanto na Lei nº 11892/2008 existe a determinação da articulação entre ensino profissional e o contexto social, trabalho e emprego. O sofrimento psíquico, conforme trata a Psicologia Sócio-histórica, tem em sua gênese, aspectos individuais, sociais e culturais, já que para esta abordagem, a subjetividade é algo socialmente construído, que se expressa no plano individual (FURTADO, 2007). Sendo assim, é importante que este tema seja tratado na formação dos futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho, a fim de compreender as dimensões sociais e culturais deste tema.

O decreto nº 5154/2004 dá aos Institutos Federais a autonomia para a elaboração dos seus projetos pedagógicos. Assim, estas instituições possuem a flexibilidade para construir itinerários de formação que possam dialogar com os fatores socioculturais e econômicos regionais, e promover a integração entre os diversos saberes que compõe a compreensão dos processos produtivos e da natureza da ciência que é interdisciplinar (BRASIL, 2010). Entende-se que o processo de adoecimento psíquico está presente no contexto do trabalho, já que muitas patologias estão imbricadas aos processos produtivos e as condições socioeconômicas influenciam o surgimento de patologias nos indivíduos, considerando sempre que existem outros fatores relacionados. Sendo assim, é importante que sejam trabalhados nos currículos das disciplinas o tema do adoecimento

mental, seus processos de construção e manutenção através dos fatores sociais, suas formas de prevenção e cuidado.

Os Institutos Federais de Educação têm em seu quadro de profissionais psicólogos e enfermeiros, que podem ser importantes agentes desta discussão, o que é um diferencial de outras instituições da educação básica pública. Entretanto, não existem diretrizes específicas nacionais para a atuação desses profissionais na Rede de Educação Profissional, o que torna o seu papel focado em ações pontuais. Desta forma, cabe principalmente aos professores estimular a ampla discussão dos fatores socioeconômicos que estão envolvidos no adoecimento mental. Este tema perpassa todas as disciplinas, já que esta questão envolve a comunidade escolar enquanto um todo, podendo por isso, ser implementadas ações interdisciplinares de construção de conhecimento em torno do tema.

Para que essas discussões sejam realizadas com os estudantes, é necessário que os professores compreendam a complexidade da dinâmica dos fatores sociais, econômicos e culturais e suas relações com o indivíduo. Assim, formações específicas podem ser realizadas através de contatos com outros profissionais, oficinas, rodas de conversa, dentre outras estratégias para que a equipe docente possa se sentir capaz de realizar este trabalho. O pensamento crítico é algo que precisa ser exercitado, por isso, atividades que permitem a discussão e construção de conhecimento devem permear o currículo escolar na EPT, conforme discutido através da análise dos documentos que a definem. Buscar formas de operacionalizar estas discussões é o desafio.

## Considerações Finais

Através do levantamento bibliográfico e documental realizado, percebe-se que as condições de vida impostas pelo modo de produção capitalista contemporâneo contribuem para o adoecimento e sofrimento psíquico da classe trabalhadora. A instabilidade gerada pelas diversas mudanças provocadas pela precarização dos vínculos empregatícios, perdas de direitos e garantias trabalhistas, além do crescimento da desigualdade social são condições criadas socialmente e que influenciam na estruturação do psiquismo humano. Esse é o entendimento da Psicologia Sócio-histórica ao afirmar que os fatores sociais, históricos e culturais influenciam diretamente no desenvolvimento do homem, pois através do ambiente social o homem aprende a ser homem.

Considerando este contexto, é fundamental que a EPT esteja atenta a atual conjuntura do mundo do trabalho. As legislações que definem as diretrizes para a EPT, citadas no texto, fornecem instruções que permitem a construção de espaços de discussão sobre as condições sociais impostas aos trabalhadores e suas implicações na saúde mental, visto que esses documentos afirmam a necessidade da formação integral e humana nos Institutos Federais complementando a formação técnica.

Sendo assim, a educação profissional e tecnológica precisa inserir de forma efetiva o estudo dos processos de sofrimento psíquico enquanto fenômeno presente no contexto laboral, já que o mercado de trabalho na sociedade capitalista contemporânea tem em suas características aspectos que são adoecedores. Sugere-se o aprofundamento de estudos e criação de estratégias para a implementação de ações na EPT que envolvam a comunidade escolar e acadêmica enquanto protagonistas dessas discussões. Assim, os futuros profissionais podem compreender e atuar nos determinantes sociais que sustentam esta dinâmica. Compreender como os fatores sociais, culturais e econômicos causam o adoecimento dos indivíduos é importante para que os estudantes compreendam que a organização da sociedade interfere diretamente na criação e manutenção de suas patologias.

## Referências

ALVARADO, M. S.; SANTOS, T. M. S. **La responsabilidad social como estrategia de protección social en el capitalismo contemporáneo**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 142-150, Abr., 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000100142&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000100142&script=sci_abstract&lng=pt) Acesso em: 20 dez 2019.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2018.

\_\_\_\_\_. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> Acesso em: 27 dez. 2019.

BOCK, A. M. B. a Psicologia Socio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. P. 75 a 93. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O.. **Psicologia Sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BRASIL. Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004, seção 1, p. 18.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008, p. 1, seção 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 2012, p. 22, Seção 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 21 dez. 2019.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CIAVATTA, M.; A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 27 dez. 2019.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu. In: FREUD, S. **Obras completas**. Tradução de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Trabalho original publicado em 1921).

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. P. 75 a a 93. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. **Psicologia Sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

FURTADO, M. Regulação biotecnológica do sofrimento e evicção do sujeito: efeitos sobre a condição humana. In: AMARANTE, P.; PITTA, A. M. F.; OLIVEIRA, W. F. **Patologização e medicalização da vida**:

epistemologia e política. São Paulo: Zagodoni, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M.. Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Temas psicol. (online)**, vol. 23. n. 4., p. 803-814, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000400002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400002) Acesso em: 15 dez. 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marcos Aurélio Nogueira, Volume 2, 2004.

KAUARK, F.S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LANCMAN, S.; SATO, A. T.; HEIN, D. T.; BARROS, J. O. Precarização do trabalho e sofrimento psíquico: ação em psicodinâmica do trabalho em um serviço de farmácia hospitalar universitário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, e33, 2019. Disponível em: [//www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572019000100308&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572019000100308&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 dez. 2019.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, A. I. O.; DIMEINSTEIN, M.; FIGUEIRÓ, R.; LEITE, J.; DANTAS, C. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 35, e3555, 2019. Disponível em: [//www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722019000100604&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100604&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 dez. 2019.

LURIA, A. R. **A construção da mente**. São Paulo: Ícone, 1992.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf> Acesso em: 15 dez 2019.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SIRGADO, A. P. A corrente sócio-histórica da psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. **Em Aberto**. N. 48, pp. 61 – 67, 1990. Disponível em: [http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/corrente\\_socio-historica\\_repeb.pdf](http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/corrente_socio-historica_repeb.pdf) Acesso em: 17 dez 2019.

SOUZA, M. B. C. A.; HELAL, D. H.; PAIVA, K. C. M.. Análise descritiva das dimensões do burnout: um estudo com jovens trabalhadores. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 817-827, Dez. 2019. Disponível em: [//www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2526-89102019000400817&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000400817&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 dez. 2019.

VIGOTSKI; L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.